



1º SEMINÁRIO SITUACIONAL DAS
**COMUNIDADES
QUILOMBOLAS**
DA BACIA HIDROGRÁFICA DO
RIO SÃO FRANCISCO



Relatório

I Seminário Situacional das Comunidades Quilombolas da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco

Durante os dias 27, 28 e 29 de agosto de 2014, representantes de comunidades quilombolas dos estados da Bahia, Alagoas, Sergipe, Minas Gerais, Pernambuco e Goiás, participaram do **I Seminário Situacional das Comunidades Quilombolas da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco**, promovido pelo Comitê da Bacia Hidrografia do Rio São Francisco - CBHSF, no município de Bom Jesus da Lapa, estado da Bahia.

Os principais temas debatidos foram: *Territórios Quilombola: Da Certificação a Titulação. Políticas Públicas de afirmação, Promoção e Reparação. Impactos dos grandes empreendimentos, e pactos pelas águas. Organização sócio cultural e situação atual das comunidades.* Para favorecer o debate, os participantes foram divididos em grupos de trabalho, separados por temas específicos.

Os grupos de trabalho foram: GT.1. Regularização fundiária e conflitos agrários. GT.2. Organização sócio cultural e pactos pelas águas. GT.3. Saúde e Educação. GT.4. Produção e desenvolvimento sustentável. GT.5. Infraestrutura e abastecimento. GT. 6. Impactos dos grandes empreendimentos e modelo de desenvolvimento.

O Seminário Quilombola teve início no dia 27 de agosto de 2014, às 19h00, no Centro de Treinamentos de Líderes - CTL, com a solenidade de abertura, e contou com a participação de diversos representantes de entidades públicas, privadas, instituições de ensino, entidades de classe, além de expressiva representatividade da sociedade civil organizada.

Foi apresentado um filme que mostra o que é ser um quilombola, seguido de apresentação de roda de capoeira da academia do Mestre Ni e Deres, e pela Comunidade Quilombola Lagoa das Piranhas, dançando o samba de roda.

Depois das apresentações culturais, o coordenador da Câmara Consultiva Regional do Médio São Francisco - CCR Médio SF, do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco - CBHSF, Sr. Cláudio Pereira da Silva, deu as boas vindas e todos e explicou o objetivo do Seminário. Na sequência, se pronunciaram o Sr. Florisvaldo Rodrigues, representando a Prefeitura Municipal de Bom Jesus da Lapa, por meio da

Secretaria de Políticas Especiais, Sr. Bartolomeu Luiz Guedes, representando o INCRA, Sra. Malu Follador, da Assessoria de Comunicação do CBHSF, Sra. Edna, professora da Universidade do Estado da Bahia - UNEB, Sr. João dos Santos, representando a Coordenação Nacional das Comunidades Quilombolas - CONAQ, Sr. Simplício Arcanjo Rodrigues, representando o Conselho Regional dos Quilombolas - CRQ, Sra. Ana Cristina da Silveira, representando a AGB Peixe Vivo, entidade delegatária das funções de agência de águas do CBHSF, além de representantes das Câmaras de Vereadores dos municípios de Paratinga/BA e Serra do Ramalho/BA.

Após os pronunciamentos de abertura, foi convidado para proferir sua palestra, o Sr. Fábio de Santana, chefe da representação da Fundação Cultural Palmares - FCP - para os estados da Bahia e Sergipe. Após a palestra, foi aberto espaço para debate com a participação do público.

Na sequência, foi convidado para proferir sua palestra, o Sr. Ronaldo Jorge Rodrigues de Oliveira, gerente de projetos da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial - SEPPIR. Após a palestra, foi aberto espaço para debate com a participação do público.

No segundo dia do Seminário os participantes foram divididos em grupos temáticos. Depois de longos e calorosos debates sobre a situação dessas comunidades quilombolas, os grupos temáticos tiram como proposta de reivindicação frente às entidades e instituições que tem responsabilidade sobre a pauta das questões quilombolas os seguintes encaminhamentos:

I - REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA E CONFLITOS AGRÁRIOS

1. Denunciar os conflitos com os grandes proprietários de terras que incidem como os territórios tradicionalmente ocupados pelas comunidades quilombolas, agressões praticadas de diversas maneiras, ameaçam as lideranças da comunidade, tentativas de homicídio, agressão física, moral e sexual, desrespeito com a cultura/expressão cultural e entidade/templos religiosos das comunidades. Captação e coação de algumas lideranças das comunidades, liberdade de ir e vir das pessoas dentro do próprio território quilombola.

2. Desmatamento e queimadas em áreas de propriedade da União, privação de acesso às lagoas que estão dentro do território que servem como fonte de renda e sobrevivência das comunidades.
3. Êxodo rural devido aos grandes impactos e falta de agilidade na regularização dos territórios.
4. Denúncia a morosidade do INCRA no processo de regularização das comunidades, existem comunidades que estão com RTID pronto há mais de cinco anos, e não ainda não foram resolvidas as questões fundiárias e com isso acirra os conflitos interno e externos.
5. Comunidade quilombola que foi regularizada como PA - Projeto de Assentamento e depois do Decreto nº 4.887/2003 foi feito o RTID, ainda sofre perseguição por parte de alguns fazendeiros.
6. Resolver as questões das áreas que tem conflito de interesse por parte do Governo Federal, por exemplo, as comunidades que serão atingidas pela Ferrovia, áreas que tem conflito com a Marinha e Aeronáutica.
7. Orçamento definido para as regularizações das comunidades que estão com processos aberto, bem como as que já formam realizados os RTID.
8. Maior atenção nas comunidades e territórios que estão sendo impactados pelas obras do Programa de Aceleração do Crescimento - PAC, do Governo Federal, bem como, as que têm conflitos com outras formas de projetos que impactarão de forma irreversível essas comunidades e seus territórios.

II - ORGANIZAÇÃO SÓCIO CULTURAL E PACTOS PELAS ÁGUAS

9. Revisão de todas as outorgas de água das bacias hidrográficas do rio São Francisco, que às vezes acaba não abastecendo a todos. E muito menos as comunidades e territórios quilombolas.
10. Fiscalização rigorosa nas perfurações de poços artesianos, antes a profundidade era de 80 metros e atualmente é de 200 metros, levando em consideração os reservatórios dos lençóis freáticos e melhoramento nos poços já existentes nos territórios quilombolas.

11. Elaboração dos planos de saneamento básico nas cidades e povoados que se localizam a margem do Rio São Francisco.
12. Estudos dos aquíferos das águas do São Francisco.
13. Projetos sustentáveis para os quilombolas que plantam/cultivam na bacia, garantindo a participação no sentido de emprego e renda aos jovens e pescadores e moradores de forma geral.
14. Oficinas artísticas.
15. Que não seja impedido o acesso ao rio e lagoas.
16. Construção de centros culturais nas comunidades quilombolas.
17. Inventários das manifestações culturais de cada comunidade.
18. Construção de aparelho que atenda todas as especificidades das comunidades quilombolas.
19. Incentivo a produção e a comercialização dos artesanatos das comunidades e as comemorações das comunidades quilombolas.
20. Equipamento do Programa Brasil Quilombolas nas comunidades de forma e o que o mesmo consiga gerar renda e emprego nas comunidades (SEPPIR).

III - SAÚDE, EDUCAÇÃO, INFRAESTRUTURA E ABASTECIMENTO.

SAÚDE

21. Garantir a participação no Conselho Municipal de Saúde, vagas de representantes de comunidades quilombolas.
22. Aquisição de ambulâncias.
23. Implantar/contratar agentes comunitários de saúde nas comunidades quilombolas que ainda não tenham e fiscalizar as comunidades que já possuem.
24. Capacitação da EQUIPE DE SAÚDE DA FAMÍLIA que trabalham em território quilombola com ênfase na saúde da população negra.
25. Implantação de PSFs nas comunidades.
26. Programa de prevenção contra as drogas que atinge as comunidades quilombolas; (Ex: anemia falciforme, hipertensão, diabetes, glaucoma).

EDUCAÇÃO

27. Adequar o calendário escolar de acordo com a realidade local.
28. Ampliar a oferta de educação nas comunidades quilombolas.
29. Participação da comunidade no conselho de educação local, municipal e estadual para fiscalizar as verbas destinadas à educação.
30. Capacitação da comunidade escolar (professores, gestores, coordenadores, merendeiras e auxiliar de serviços gerais) a respeito da lei 10.639/03 e as diretrizes nacionais e estaduais de educação quilombola.
31. Difundir junto aos gestores locais, maiores informações sobre a lei do PNAE.
32. Reabrir escola das comunidades que foram fechadas sem justificativa.
33. Dar prioridade aos professores quilombolas (capacitados) em trabalhar dentro da sua comunidade, através de concurso público.
34. Criar um programa para aproveitar as habilidades existentes na comunidade quilombola.
35. Implantar formação continuada dentro dos territórios quilombolas.

INFRAESTRUTURA

36. Melhoria das vias de acesso às comunidades quilombolas.
37. Construção de escolas e reabrir as que estão fechadas.
38. Implantação e melhoria de sistemas de abastecimento de água e saneamento básico.
39. Construções de habitações nas comunidades quilombolas.
40. Energia para residências e produção das comunidades quilombolas.

IV - IMPACTOS DE GRANDES EMPREENDIMENTOS E MODELO DE DESENVOLVIMENTO

1- Ferrovia oeste leste

No âmbito do GT ora citado o território quilombola de Araçá/Volta denunciou a violação de direitos acometidos pela VALEC com o apoio do INCRA-BA, contras os territórios quilombolas de Araçá/Volta e Bebedouro que estes são atingidos diretamente pelas Obras da FIOL, segundo relato de lideranças foi realizada uma reunião para que o território abrisse mão de parte do território, para que a FIOL pudesse passar. E, neste sentido, condicionando por parte do INCRA que se abra mão desta parte do território para que desta forma ele possa decretar o território de Araçá/volta, estando este mesmo território com RTID publicado desde 2009, mas e também condicionou o início dos trabalhos do INCRA na elaboração do RTID do território de Bebedouro, alegando que caso o território de Araçá/volta abra mão de parte de suas terras o INCRA acelera o processo dos dois territórios, a reunião foi permeada por momentos de pressão e coação aos quilombolas.

2- Barragens

Será preciso uma nova abordagem, no que se diz respeito a situação de gerenciamento das atuais barragens, em especial no que diz respeito à regularização das vazões, tendo como questionamento a discrepância de funcionalidade em relação a Lei das águas, 9433/97. E ainda inviabilizar novas construções de barragens, tanto de grande, como de pequeno porte, pois os estudos não consideram a situação dos aquíferos de influência da respectiva bacia, além dos impactos ambientais e sociais e a respeitabilidade da lei 9433/97, quando enfatiza as prioridades do uso das águas.

3- Usinas Nucleares

Inviabilizar qualquer iniciativa de construção desta natureza, considerando a forma arcaica de produção de energia, além de compreender que a necessidade de atender a demanda crescente de consumo energético no Brasil, pode ser resolvida utilizando-se outras alternativas de produção, tendo ainda que contar com aprimoramento tecnológico de redução de consumo por meio de equipamentos que se adaptem a essa necessidade, entre eles, elétrico eletrônico, industrial, iluminação pública e privada, e condutores.

4- Agronegócio

A extensão significativa desta atividade tem trazido grandes impactos nas florestas, em especial no cerrado, por meio do desmatamento e compactação do solo, que juntos contribuem para diminuição das chuvas e pouca infiltração das escassas águas que caem. Sem contar com a exploração dos lenções freáticos através de poços artesianos profundos que exploraram o corpo hídrico sem controle, o que eleva o grau de esgotamento, desertificação e secas acentuadas.

5- Redes de transmissão de energia

Além de privatizar as áreas do território das comunidades, tem se apresentado como potencial de risco para os moradores.

6- Parques de energia eólicos e solar

Privatização de áreas, impactos ambientais, especulação fundiárias, expulsão de famílias tradicionais dos seus territórios, desmatamento.

7- Base naval e de lançamento (Marinha e Aeronáutica)

Expulsão de famílias tradicionais dos territórios ocupados historicamente, para atender interesse meramente de Governo.

8 - Transposição do Rio São Francisco e dragagem do leito do rio para Hidrovias

Sem a revitalização, para que possa ter quantitativo de águas, esses projetos poderão não atender a finalidade, e passaram a ser fortes concorrentes da pouca quantidade de águas que norteia o Rio São Francisco.

Bom Jesus da Lapa, 29 de agosto de 2014.

ANEXO I PROGRAMAÇÃO DO SEMINÁRIO



1º SEMINÁRIO SITUACIONAL DAS **COMUNIDADES QUILOMBOLAS** DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO SÃO FRANCISCO

de **27** à **29**
de Agosto em
Bom Jesus da Lapa (BA)

Programação

Dia 27.08.2014

19h00 - Abertura oficial e Jantar de boas vindas

Dia 28.08.2014

8h00 - Credenciamento dos participantes

8h30 - Abertura: Anivaldo Miranda (Presidente do CBHSF) e Cláudio Pereira (Coordenador da CCR Médio SF), além de representantes das Organizações Quilombolas.

9h00 - Mesa 1: Territórios Quilombolas: Da Certificação a Titulação.

09h45 - Debate

10h00 - Mesa 2: Políticas Públicas de Afirmação, Promoção e Reparação.

10h45 - Debate

11h00 - Mesa 3: Impactos dos Grandes Empreendimentos e Pacto pelas Águas.

11h45 - Debate

12h30 - Intervalo para almoço

14h00 - Mesa 4: Organização Sociocultural e Situação Atual das Comunidades Quilombolas da Bacia do São Francisco.

14h30 - Oficinas Temáticas: Organização em Grupos de Trabalho

GT.1. Regularização Fundiária e Conflitos Agrários. GT.2. Organização Sociocultural e Pactos pelas Águas. GT.3. Saúde e Educação. GT.4. Produção e Desenvolvimento Sustentável. GT.5. Infraestrutura e Abastecimento. GT.6. Impactos dos Grandes Empreendimentos e Modelo de Desenvolvimento.

17h00 - Apresentação dos Grupos de Trabalho

18h30 - Encerramento

19h00 - Jantar de confraternização e Noite Cultural

Dia 29.08.2014

8h30 - Plenária para elaboração do Relatório Final

12h00 - Encerramento

12h30 - Almoço

Regularização Fundiária; Organização Sociocultural; Políticas Públicas para as Comunidades Quilombolas; Impactos dos Grandes Empreendimentos; e Pacto pelas Águas.

ANEXO II
IMAGENS DO EVENTO





